

POR FAVOR LEIA COM ATENÇÃO

COMO GUARDAR O TEXTO

Para guardar este texto (incluindo dados adicionais) seleccione a opção GUARDAR (em inglês, SAVE) no seu browser (Explorer, Navigator...), dentro do menu FICHEIRO (em inglês, FILE).

Na opção GUARDAR COMO (em inglês, SAVE AS), também no menu FICHEIRO, poderá guardar o texto e atribuir um novo nome.

COMO IMPRIMIR O TEXTO

Para imprimir este texto (incluindo dados adicionais) seleccione a opção IMPRIMIR (em inglês, PRINT) no seu browser, dentro do menu FICHEIRO (em inglês, FILE).

Também poderá aceder a esta função seleccionando o botão de impressão (com a imagem de uma impressora), disponível na barra de ferramentas.

NOTA IMPORTANTE

Para voltar ao artigo não feche esta janela. Utilize o botão do browser RETROCEDER (em inglês, BACK), situado no lado esquerdo da barra de ferramentas.



Ásia, o novo horizonte da missão católica

António Marujo *

Janus 2007

João Paulo II definiu, no livro *Levantai-vos, Vamos* (ed. port. Publicações D. Quixote), o novo horizonte da Igreja Católica: “A Ásia: aí está a nossa missão comum para o terceiro milénio!” (p. 68) Já no n.º 9 da *Ecclesia in Asia*, a exortação apostólica de 1999 sobre a presença da Igreja Católica no continente asiático, o mesmo papa tinha escrito que via “novos e promissores horizontes” a desenhar-se na Ásia, “onde Jesus nasceu e o cristianismo começou”.

Estas afirmações do anterior papa têm já alguma tradução concreta: a Ásia é uma realidade cada vez mais presente, por exemplo, na acção e prioridades das congregações missionárias e ordens religiosas católicas. Para só referir alguns casos de instituições presentes em Portugal, congregações como os Missionários do Verbo Divino, Irmãs Doroteias, Missionários Combonianos ou Missionários Espiritanos têm actualmente uma parte dos seus membros a trabalhar no continente asiático. Mesmo se nada disto significa que a América Latina e a África tenham deixado de ser territórios de missão para a Igreja Católica...

Na Ásia vive cerca de metade da população do mundo (só a China e a Índia têm um terço dos habitantes do planeta). Mas os cristãos (e os católicos) são uma pequena minoria: apenas três por cento da população; e só dez por cento (pouco mais de cem milhões) dos católicos do mundo estão neste continente. Todavia tem crescido o número de crentes e o de membros do clero: entre 1978 e 2004, os padres passaram de 27.700 para 48.222. O mesmo fenómeno se deu com os seminaristas, que aumentaram de 11.536 para 29.220. Além do crescimento absoluto que estes números traduzem, eles têm outro significado ainda mais profundo: o clero asiático será cada vez mais autóctone.

Esta realidade, no entanto, não tem características uniformes. No Médio Oriente, há uma diminuição do número de cristãos em todos os países, motivada essencialmente pela marginalização social e pela baixa taxa de natalidade entre os cristãos (ver artigo 4.4.9). Num estudo publicado nas revistas *Além-Mar* e *World Mission* (Outubro 2006), o padre Manuel Augusto Ferreira (ex-superior geral dos Missionários Combonianos, que trabalhou já oito anos nas Filipinas e Taiwan) acrescenta outras diferenças relativas à Ásia Central e Oriental: em países e territórios como o Japão, Singapura, Hong Kong, Macau e Taiwan, o número de católicos tem diminuído; em outros como a China, o Vietname, o Laos, Myanmar ou a Índia, verifica-se um crescimento do número de católicos.

A assembleia especial do Sínodo dos Bispos sobre a Ásia, convocada por João Paulo II e realizada em Roma, entre Abril e Maio de 1998, notou que, com as mudanças políticas das últimas duas décadas, se abriram novas perspectivas de evangelização na “Região Siberiana e nos países da Ásia Central que conquistaram recentemente a sua independência como Cazaquistão, Uzbequistão, Quirguistão, Tadjiquistão e Turquemenistão”, zonas para as quais são necessários “novos esforços missionários” (EA, n.º 9).



Uma realidade de contrastes

A Ásia é, provavelmente, o continente que mais desafios coloca actualmente ao cristianismo: ali nasceram as grandes religiões do mundo, ali se registam algumas das situações políticas mais complexas (Afeganistão, Iraque, Médio Oriente), ali subsistem grandes contrastes sociais e enormes bolsas de pobreza extrema, ali permanecem alguns dos regimes mais restritivos da liberdade religiosa (Coreia do Norte, China, Arábia Saudita) – o continente asiático é ainda muito avesso a essa expressão básica dos direitos humanos (ver mapa “Liberdade Religiosa na Ásia”).

Esta realidade cria também, a nível religioso, contextos diferenciados para a situação da Igreja Católica e do cristianismo em geral. No estudo referido, Manuel Augusto Ferreira define cinco realidades distintas: os países onde predomina o budismo (Tailândia, Myanmar, Sri Lanka, Índia, China) que, em alguns casos, atravessa fases de renovação e reavivamento; na Índia, há um forte movimento hindu fundamentalista (em alguns estados do país têm sido mesmo promulgadas, nos últimos anos, leis anticonversão); nos países com maioria muçulmana (Indonésia, Paquistão, Bangladesh) há também um fundamentalismo crescente, marginalização ou pressão social sobre os cristãos (o caso dos três cristãos executados em Setembro de 2006, na Indonésia, é simbólico); os países onde subsistem governos comunistas continuam a limitar, por vezes gravemente, a liberdade religiosa (casos da China, Coreia do Norte, Laos, Cambodja e Vietname, neste caso com sinais de relativa abertura); e as sociedades materialistas (Japão, Taiwan, Singapura, Coreia do Sul, Filipinas e algumas zonas da China) colocam novos problemas à missão da Igreja.

Deve acrescentar-se ainda toda a vasta região asiática da Rússia (onde predomina o cristianismo ortodoxo) e também a realidade do Médio Oriente. Como foi dito antes, a situação de minoria que os cristãos vivem em praticamente todos os países dessa região tem criado um fenómeno de emigração e crescente pressão social sobre os cristãos, inibidora da sua presença.

Também o texto *Ecclesia in Asia*, de João Paulo II, descreve a diversidade de contextos sociais, religiosos, políticos, culturais ou económicos condicionantes da missão que a Igreja Católica se propõe neste continente. O texto verifica que há uma grande diversidade socioeconómica, com países “superdesenvolvidos” a par de situações de uma “degradante pobreza” em algumas das nações mais pobres do mundo, e com o “materialismo e o secularismo” a minar “os valores sociais e religiosos tradicionais” e ameaçando as culturas asiáticas “com um dano incalculável”. “Imensos aglomerados urbanos” e “largas áreas deprimidas” são ambientes onde proliferam “o crime organizado, o terrorismo, a prostituição e a exploração das faixas débeis da sociedade”. A migração e o crescimento populacional, “a realidade persistente de pobreza e exploração de pessoas”, e de um modo especial “a pobreza e a exploração da mulher” e o analfabetismo feminino são temas que preocupam a Igreja Católica, de acordo com este documento do papa João Paulo II.

Politicamente, o mesmo texto verifica a existência de regimes que vão desde a democracia à teocracia, das ditaduras militares às ideologias ateias, bem como de um fenómeno de “larga corrupção”. Mas estas situações vão a par com “novas reivindicações de maior justiça social, de mais participação no governo e na vida económica, de iguais oportunidades na educação, e duma justa partilha dos



recursos da nação”.

“Uma natural percepção espiritual”

Perante esta realidade, o texto recorda que na Ásia nasceram as mais importantes religiões do mundo (judaísmo, cristianismo, islão e hinduísmo), bem como outras “tradições espirituais” como o budismo, taoísmo, confucionismo, zoroastrismo, jainismo, sikhismo e xintoísmo. Um fenómeno que revela a abertura do continente à dimensão espiritual, escreve João Paulo II: “Sem negar a existência de dolorosas tensões e violentos conflitos, pode-se tranquilamente afirmar que a Ásia demonstrou frequentemente uma notável capacidade de adaptação e uma abertura natural ao mútuo enriquecimento das pessoas no meio de uma pluralidade de religiões e culturas. (...) Tudo isto aponta para uma natural percepção espiritual e sabedoria moral no espírito asiático e constitui o centro à volta do qual se formou um sentido crescente de ‘ser asiático’”.

O documento destaca ainda que a história da Igreja na Ásia “é tão antiga como a própria Igreja”, pois foi nesse continente que Jesus Cristo nasceu e a comunidade cristã se desenvolveu, chegando a paragens como a Síria, a Arménia e a Índia e, já no século V, à China. Árabes, mongóis e turcos conheceram o cristianismo em fases diferentes, até ao século XIII, antes do grande esforço evangelizador de Francisco Xavier no século XVI e do ressurgimento missionário do século XIX. Mesmo assim, o cristianismo nunca penetrou em profundidade nas sociedades asiáticas antes das últimas quatro décadas, quando a intensificação dos esforços de evangelização começou a ter resultados mais visíveis.

É com o pano de fundo desta história que João Paulo II aponta os horizontes para a presença renovada da Igreja Católica no continente: desde logo, o de que “as Igrejas locais da Ásia têm de apresentar o mistério de Cristo às respectivas populações segundo os seus modelos culturais e formas de pensamento”. Ou seja, a transmissão da mensagem deve entrar em diálogo com as culturas locais, delas aproveitando “os elementos positivos”. A teologia, a liturgia, a Bíblia e a formação de evangelizadores são aspectos apontados por João Paulo II para ter em conta no processo da inculturação asiática da mensagem cristã. Valha a verdade que esta orientação, devedora do trabalho de grandes missionários como Matteo Ricci ou Francisco Xavier, não está ainda assumida plenamente. Tal como a realidade socio-cultural e religiosa do continente, também é grande a diversidade de experiências no interior do catolicismo – mais ocidentalizado em países como a Coreia do Sul ou o Japão. Mas o processo de inculturação da mensagem cristã ficará mais facilitado com a constituição de um clero cada vez mais autóctone, como referido atrás – embora, paradoxalmente, em alguns dos países a Igreja Católica seja demasiado ocidentalizada e, conseqüentemente, demasiado clericalizada.

A coragem de uma “nova solidariedade”

O diálogo é outro meio fundamental apontado por João Paulo II para o trabalho da missionação, começando pela relação cultural da Igreja Católica com os ambientes onde ela se insere. O diálogo ecuménico é importante, também por razões instrumentais: “O povo espera dos cristãos um sinal mais claro de unidade” e, sendo o seu número “proporcionalmente pequeno, a divisão torna o trabalho missionário



ainda mais difícil”. E o diálogo inter-religioso surge como “uma obrigação e um desafio”.

Finalmente, João Paulo II aponta alguns campos concretos em que esta missão se deve concretizar, sob a referência do “grande desafio moral” que é a “coragem de uma nova solidariedade”. Entre a longa lista de tarefas sugeridas, incluem-se: a promoção da dignidade da pessoa humana; o amor preferencial pelos pobres (incluindo aqui os refugiados, pessoas em busca de asilo ou imigrantes); a atenção às populações indígenas e aborígenes; o combate ao sofrimento e à exploração das crianças (trabalho infantil, pedofilia, droga); a luta contra a discriminação e a violência sobre as mulheres; a afirmação de uma globalização ética e “sem marginalização”; e a insistência no pedido de renegociação ou perdão total da dívida externa dos países mais pobres.

Outros campos apontados são o da construção da paz, obstando à “inquietante” corrida ao armamento na Ásia, “uma despesa imoral e devastadora em orçamentos nacionais que, em alguns casos, ainda não conseguem satisfazer as necessidades básicas da população”. E ainda os âmbitos da assistência médica e o cuidado dos doentes (cuidados terminais, sida, droga); e a educação, com prioridade para os mais desfavorecidos. Na Índia, por exemplo, os católicos representam apenas 1,8 por cento da população, mas a Igreja tem a seu cargo vinte por cento da educação primária e trinta por cento dos projectos com leprosos.

Este processo de inculturação do cristianismo, dando-lhe um rosto asiático, foi o objectivo maior do primeiro Congresso Missionário Asiático, que se realizou entre 18 e 22 de Outubro de 2006, em Chang Mai (Tailândia). Mas esta iniciativa não surgiu do nada: existem já, por exemplo, congregações religiosas missionárias nascidas em países tão diferentes como as Filipinas (Sociedade Missionária e Missões de São Lourenço, esta última dedicada aos chineses que vivem no país), Índia (Missionários de São Tomé o Apóstolo), Coreia do Sul (missões católicas estrangeiras) ou Tailândia (Sociedade Missionária). Mesmo no Vaticano, o responsável da Congregação para a Evangelização dos Povos passou a ser o cardeal indiano Ivan Dias – uma nomeação mais que simbólica. Pequenos exemplos de um vasto horizonte que a missão católica tem pela frente ao nível da promoção da dignidade humana, da justiça social e da integridade da criação, num quadro de diálogo inter-religioso. Vasto mundo, a Ásia.

Informação complementar

Vaticano e China cada vez mais perto

O último sinal foi dado pelo cardeal Joseph Zen, arcebispo de Hong Kong, que afirmou, em Outubro de 2006, que a aproximação da Associação Católica Patriótica (ACP) chinesa ao Vaticano já não tem muitos obstáculos. A declaração não é estranha, apesar das tensões e conflitos que permanecem.

A Santa Sé tem duas queixas essenciais: a falta de liberdade religiosa na China e a ordenação de bispos da ACP à revelia da vontade do Vaticano. A Associação Patriótica foi o instrumento criado pelo Partido Comunista Chinês para controlar os católicos do país. Mas, a par da ACP, existiu sempre uma Igreja Católica clandestina, com a sua rede e organização. Nas últimas duas décadas, as estruturas de ambas foram-se acercando e, hoje, muitos dos católicos clandestinos participam também na estrutura “patriótica”.



Apesar da aproximação, o regime tem continuado a controlar a estrutura eclesiástica, nomeando bispos à revelia do Vaticano ou continuando a prender e perseguir os católicos, padres e bispos da Igreja clandestina. Os dois relatórios anuais sobre a Liberdade Religiosa no Mundo, publicados pelo Departamento de Estado norte-americano e pela Ajuda à Igreja que Sofre, coincidem no diagnóstico de que a China (a par da Coreia do Norte e Arábia Saudita, entre outros) continua a ser um dos países que mais viola este direito fundamental. Mesmo assim, o movimento de aproximação tem sido lento e progressivo: a eleição de Bento XVI para Papa, em Abril de 2005, foi saudada pelo regime e, em Março de 2006, várias declarações de diferentes responsáveis manifestavam a vontade de aproximação. Para a concretizar, o cardeal Joseph Zen sublinhava a necessidade da liberdade religiosa, mas admitia que o estabelecimento de relações diplomáticas entre o Vaticano e a China, cada vez mais possível, podia implicar a alteração da relação da Santa Sé com Taiwan – ou seja, o corte de relações diplomáticas.

Na mesma ocasião, o então responsável do Vaticano para as relações com os Estados, arcebispo Giovanni Lajolo, admitia a probabilidade de uma viagem do Papa Bento XVI à China, ainda mesmo antes dos Jogos Olímpicos de Pequim, de 2008. O porta-voz do ministro chinês dos Estrangeiros, Qin Gang, respondia no mesmo tom, afirmando que “a China foi sempre sincera”.

*** António Marujo**

Licenciado em Comunicação Social pelo ISCSP. Jornalista do PÚBLICO desde a fundação do jornal (1989), onde se ocupa da informação religiosa. Colaborou com os programas “Toda a Gente é Pessoa” (RDP-Antena 1) e “Setenta Vezes Sete” (RTP). Foi redactor da revista “Cáritas”, do “Expresso” e do “Diário de Lisboa”. Co-autor do documentário “Senhora de Maio”. Vencedor (1995 e 2005) do Prémio Europeu de Jornalismo Religioso na Imprensa Não Confessional, da Conferência das Igrejas Europeias e Fundação Templeton. Tem quatro livros publicados, um deles em co-autoria e outro como coordenador.



Infografia

LIBERDADE RELIGIOSA NA ÁSIA



Fonte: Ajuda à Igreja que Sofre. Nota: Em várias regiões do Sudeste Asiático, o budismo e as religiões populares chinesas são predominantes, mas, no caso da China, calcula-se que cerca de metade da população seja, actualmente, agnóstica ou atea.